



A obra trata dos temas fundamentais do direito financeiro e do direito tributário, com destaque para a harmonização da teoria e da prática, da doutrina e da jurisprudência, da academia e da militância profissional. A união de esforços dos autores – professores de importantes universidades do cenário nacional, além de profissionais de destaque nas áreas de referência – possibilitou que o livro alcançasse o equilíbrio entre o didatismo e o aprofundamento teórico-pragmático. Trata-se, portanto, de manual de obrigatória leitura para as escolas de direito e para os diversos segmentos profissionais que lidam com finanças públicas e relações tributárias. É livro direcionado a estudantes de direito, advogados, magistrados e servidores do Poder Judiciário, membros e servidores do Ministério Público, dos Tribunais de Contas e dos órgãos de Controle Interno e Finanças da Administração Pública.

Luciano Ferraz  
Marciano Seabra de Godoi  
Werther Botelho Spagnol

## CURSO DE DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO

3ª edição revista, atualizada e ampliada

**Áreas específicas**  
DIREITO FINANCEIRO E  
DIREITO TRIBUTÁRIO.

**Áreas afins**  
DIREITO ADMINISTRATIVO E  
DIREITO CONSTITUCIONAL.

**Público-alvo/consumidores**  
ALUNOS DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM  
DIREITO, PROFISSIONAIS DO DIREITO EM GERAL.

**FORMATO:** 17 × 24 cm  
**CÓDIGO:** 10001738

## Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com a AACR2

F382c Ferraz, Luciano  
Curso de direito financeiro e tributário / Luciano Ferraz, Marciano Seabra de Godoi, Werther Botelho Spagnol. – 3. ed. Belo Horizonte : Fórum, 2020.  
667p.

ISBN: 978-85-450-0750-0

1. Direito financeiro. 2. Direito tributário. I. Godoi, Marciano Seabra de. II. Spagnol, Werther Botelho III. Título.

CDD: 341.38

CDU: 347.73

Elaborado por Daniela Lopes Duarte – CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

FERRAZ, Luciano; GODOI, Marciano Seabra de; SPAGNOL, Werther Botelho. *Curso de direito financeiro e tributário*. 3. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2020. 667p. ISBN 978-85-450-0750-0.

**Luciano Ferraz** é Doutor e Mestre em Direito Administrativo pela UFMG, com Pós-Doutorado em Direito pela Universidade Nova de Lisboa, Portugal. Professor associado de Direito Administrativo na UFMG e Professor adjunto de Finanças Públicas e Direito Financeiro na PUC Minas (licenciado). Advogado. Membro efetivo da Comissão Nacional de Estudos Constitucionais da OAB. Foi Professor convidado do Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* da Faculdade de Direito da USP, Procurador Chefe da PGF/AGU junto à UFMG, Controlador Geral do Município de Belo Horizonte e Assessor Jurídico e Técnico de Controle Externo (carreira) do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

**Marciano Seabra de Godoi** é Doutor em Direito Financeiro e Tributário pela Universidade Complutense de Madrid. Mestre em Direito Tributário pela UFMG, com Pós-Doutorado na Universidade Autônoma de Madrid (bolsista Capes). Professor da PUC Minas nos cursos de Graduação, Pós-Graduação *lato sensu* e Mestrado/Doutorado em Direito. Presidente do Instituto de Estudos Fiscais. Advogado e Consultor.

**Werther Botelho Spagnol** é Doutor, Mestre e Especialista em Direito Tributário pela UFMG. Professor dos cursos de Graduação e Pós-Graduação da UFMG e das Faculdades Milton Campos. Advogado e Consultor. Foi Procurador-Geral da UFMG.

NOTA DA TERCEIRA EDIÇÃO.....	21
APRESENTAÇÃO.....	23

PARTE I  
DIREITO FINANCEIRO E FINANÇAS PÚBLICAS

CAPÍTULO 1

ESTADO E ATIVIDADE FINANCEIRA .....	27
1.1 Estado e finanças públicas.....	27
1.2 Perspectiva histórica da atividade financeira do Estado .....	29
1.3 Aspectos gerais das finanças públicas brasileiras – Evolução recente e situação atual .....	33
1.3.1 Trajetória histórica da carga tributária brasileira e comparações internacionais....	33
1.3.2 Composição da carga tributária brasileira segundo as bases de incidência. Comparação internacional .....	36
1.3.3 Divisão da carga tributária entre os entes federativos – Antes e depois das transferências intergovernamentais. Influência da Constituição de 1988 e da guerra fiscal (ICMS) entre os estados .....	37
1.3.4 Composição da carga tributária por espécies de tributo (contribuições × impostos).....	39
1.3.5 Endividamento do Estado brasileiro e pagamento de juros. Evolução recente e sua relação com as metas de superávit primário e o aumento da carga tributária. Comparações internacionais .....	40
1.3.6 Perfil dos gastos públicos brasileiros e sua evolução recente .....	44
1.3.7 As finanças públicas pós-1988 e sua contribuição para a persecução dos objetivos fundamentais da República (art. 3º da Constituição).....	50
1.4 Situação atual das finanças públicas e a Emenda Constitucional nº 95/2016 .....	53
1.4.1 Finanças públicas brasileiras nos anos 2017-2019 e (preocupantes) perspectivas futuras .....	57
1.5 Panorama histórico dos programas brasileiros de privatização e desestatização...	62
1.6 Parcerias público-privadas: investimentos no Brasil e no mundo .....	67

CAPÍTULO 2

DIREITO FINANCEIRO. VISÃO GERAL.....	71
2.1 Direito financeiro e Constituição.....	72
2.1.1 Federalismo cooperativo e competências para legislar sobre direito financeiro ....	72
2.2 Direito financeiro e legislação infraconstitucional.....	73
2.2.1 Lei nº 4.320/1964.....	73
2.2.2 Lei de Responsabilidade Fiscal.....	74
2.2.2.1 A Lei de Responsabilidade Fiscal sob o crivo de constitucionalidade no Supremo Tribunal Federal.....	75
2.3 Princípios do direito financeiro .....	78
2.3.1 Princípio da legalidade .....	78
2.3.2 Princípio da economicidade.....	80
2.3.3 Princípio da transparência.....	80
2.3.4 Princípio da gestão fiscal responsável.....	82

CAPÍTULO 3

DESPESAS PÚBLICAS .....	83
3.1 Considerações gerais.....	83
3.2 Classificações.....	84

3.2.1	Despesas ordinárias e extraordinárias.....	84
3.2.2	Despesas orçamentárias e extraorçamentárias.....	84
3.2.3	Despesas correntes e despesas de capital.....	85
3.2.3.1	Despesas correntes .....	85
3.2.3.2	Despesas de capital.....	87
3.2.4	Despesas obrigatórias e despesas discricionárias .....	89
3.3	Estágios da despesa pública.....	90
3.3.1	Empenho .....	91
3.3.2	Liquidação .....	93
3.3.3	Ordenamento .....	94
3.3.4	Pagamento .....	96
3.3.4.1	Regime de adiantamento de despesa .....	97
3.4	Despesas públicas na Lei de Responsabilidade Fiscal .....	98
3.4.1	Requisitos para geração de despesas.....	99
3.4.1.1	Criação, expansão e aperfeiçoamento da ação governamental.....	100
3.4.1.2	Despesas obrigatórias de caráter continuado.....	103
3.4.2	Despesas de pessoal .....	103
3.4.2.1	Conceito de despesa com pessoal .....	104
3.4.2.2	Limites globais e específicos de gasto com pessoal .....	105
3.4.2.3	Respeito aos limites com despesa de pessoal .....	108
3.4.2.4	Situação atual quanto ao respeito aos limites com despesa de pessoal no âmbito dos estados, dos municípios e da União .....	109
3.4.3	Despesas com seguridade social – Art. 24 da LRF .....	112
3.4.4	Transferência voluntária – Art. 25 da LRF .....	113
3.4.5	Destinação de recursos públicos para o setor privado – Art. 26 da LRF .....	115

#### CAPÍTULO 4

RECEITAS PÚBLICAS .....	117	
4.1	Considerações gerais.....	117
4.2	Evolução histórica e métodos de obtenção das receitas públicas.....	118
4.3	Classificações.....	119
4.3.1	Receitas originárias e derivadas .....	119
4.3.2	Ingressos e receitas públicas .....	120
4.3.3	Classificação legal das receitas públicas – Lei nº 4.320/1964 .....	121
4.3.3.1	Receitas orçamentárias e extraorçamentárias.....	121
4.3.3.2	Receitas correntes e receitas de capital.....	122
4.4	Estágios da receita pública .....	123
4.4.1	Previsão .....	123
4.4.2	Lançamento .....	124
4.4.3	Arrecadação (recolhimento).....	124
4.5	Receitas públicas na Lei de Responsabilidade Fiscal .....	125
4.6	Repartição das receitas tributárias entre os entes federativos .....	128
4.6.1	Repartição das receitas tributárias da União em prol dos estados e Distrito Federal.....	130
4.6.1.1	Imposto sobre a renda retido na fonte.....	130
4.6.1.2	Imposto residual de competência federal .....	131
4.6.1.3	IPI – Exportação .....	131
4.6.1.4	Cide Combustíveis.....	132
4.6.1.5	IOF Ouro .....	133
4.6.1.6	Fundo de Participação dos Estados e Distrito Federal (FPE) .....	133
4.6.2	Repartição das receitas tributárias da União em prol dos municípios .....	139
4.6.2.1	Imposto sobre a renda retido na fonte.....	139
4.6.2.2	Imposto territorial rural.....	139
4.6.2.3	IOF Ouro .....	141
4.6.2.4	Fundo de Participação dos Municípios (FPM) .....	141
4.6.2.4.1	FPM Capitais .....	142

4.6.2.4.2	FPM Interior .....	143
4.6.2.4.3	FPM Reserva .....	144
4.6.3	Repartição das receitas tributárias dos estados em prol de seus municípios .....	145
4.6.3.1	Cotas-partes do ICMS .....	145
4.6.3.2	Repartição da parcela do IPI recebida pelos estados.....	149
4.6.3.3	Repartição do IPVA .....	149
4.6.3.4	Repartição da Cide Combustíveis .....	149
4.6.4	Fundos de desenvolvimento regional .....	150
4.6.5	Fundeb e cotas da contribuição do salário-educação .....	150
4.6.6	Demais regras constitucionais sobre o tema.....	153
4.7	Participações governamentais e compensações financeiras pela exploração de recursos naturais.....	153
4.7.1	Previsão constitucional e natureza jurídica .....	154
4.7.1.1	Nova redação do art. 20, §1º da CF (EC nº 102/2019) .....	155
4.7.2	Espécies de participação no resultado da exploração de recursos naturais .....	157
4.7.3	Exploração e produção de petróleo e gás natural – Regime regulador misto. Regime de concessão e regime de partilha da produção.....	158
4.7.4	Participações governamentais na exploração de petróleo e gás natural .....	159
4.7.4.1	Bônus de assinatura.....	160
4.7.4.1.1	Valores arrecadados no leilão do excedente da cessão onerosa do pré-sal (2019) e sua divisão federativa .....	161
4.7.4.2	Pagamentos pela ocupação/retenção de área .....	163
4.7.4.3	<i>Royalties</i> nos contratos sob o regime de concessão. Base de cálculo e alíquota, divisão de sua arrecadação entre os entes federativos e restrições quanto à sua destinação .....	163
4.7.4.4	Nova regra de destinação obrigatória dos <i>royalties</i> para a educação pública e para a saúde (Lei nº 12.858/2013).....	166
4.7.4.5	Participações especiais. Normas de apuração e divisão de sua arrecadação entre os entes federativos .....	166
4.7.4.6	As distorções da divisão dos <i>royalties</i> segundo as Leis nº 7.990 e nº 9.478 e seu agravamento com a exploração dos recursos do pré-sal .....	168
4.7.4.7	Nova divisão dos <i>royalties</i> e participações especiais entre os entes federativos (Lei nº 12.734/2012). Veto presidencial derrubado no Congresso e medida cautelar monocrática deferida pelo Supremo Tribunal Federal, suspendendo os efeitos da nova divisão.....	171
4.7.4.8	<i>Royalties</i> nos contratos de partilha da produção. Vácuo legislativo atual quanto às regras para sua divisão entre os entes federativos.....	173
4.7.5	Compensação financeira pela exploração de recursos minerais (CFEM) .....	174
4.7.5.1	Período anterior à Lei nº 13.540/2017 .....	174
4.7.5.2	Regramento após a Lei nº 13.540/2017.....	176
4.7.6	MG e PA: “Se não conseguimos aumentar a CFEM... criamos taxas em seu lugar” .....	177
4.7.7	RJ: “Se escasseiam os <i>royalties</i> e participações especiais... criamos taxas em seu lugar” .....	180

## CAPÍTULO 5

CRÉDITO PÚBLICO.....	183	
5.1	Considerações gerais.....	183
5.2	Sistema de crédito público .....	184
5.3	Crédito público no Brasil.....	186
5.4	Considerações sobre endividamento público e classificação da dívida pública.....	188
5.4.1	Dívida fundada e dívida flutuante.....	188
5.4.1.1	Dívida fundada .....	188
5.4.1.1.1	Precatórios judiciais.....	189
5.4.1.2	Dívida flutuante.....	193
5.4.1.2.1	Restos a pagar .....	194
5.4.1.2.2	Serviços da dívida a pagar .....	196
5.4.1.2.3	Depósitos e débitos de tesouraria .....	196
5.4.2	Dívida mobiliária e dívida contratual .....	196

5.4.3	Dívida interna e dívida externa.....	197
5.5	Crédito público na Lei de Responsabilidade Fiscal.....	199
5.6	Situação atual da dívida dos estados perante a União Federal .....	203
5.7	Situação atual da dívida pública da União Federal.....	204
5.8	Situação atual do endividamento dos municípios.....	205

## CAPÍTULO 6

ORÇAMENTO PÚBLICO.....	207	
6.1	Considerações gerais.....	207
6.2	Leis orçamentárias.....	209
6.2.1	Natureza jurídica .....	210
6.2.1.1	Orçamento autorizativo e orçamento impositivo .....	213
6.2.1.2	Emendas individuais impositivas com transferência especial ou com finalidade definida (art. 166-A da Constituição – EC nº 105/2019) .....	216
6.2.2	Plano Plurianual (PPA).....	217
6.2.3	Lei de Diretrizes Orçamentárias.....	218
6.2.4	Lei Orçamentária Anual (LOA) .....	220
6.2.4.1	Elaboração da lei orçamentária.....	222
6.2.4.1.1	Veto absoluto impeditivo de despesas autorizadas no orçamento .....	223
6.3	Princípios orçamentários .....	224
6.3.1	Princípio da unidade.....	224
6.3.1.1	Fundos especiais .....	226
6.3.2	Princípio da universalidade .....	228
6.3.3	Princípio da exclusividade .....	228
6.3.4	Princípio da anualidade.....	229
6.3.5	Princípio da vedação de estorno .....	230
6.3.6	Princípio da programação .....	231
6.3.7	Princípio da clareza .....	231
6.3.8	Princípio da publicidade .....	232
6.3.9	Princípio do equilíbrio orçamentário.....	232
6.3.10	Princípio da não afetação.....	233
6.3.10.1	Repartição do produto de arrecadação de impostos.....	234
6.3.10.2	Ações e serviços públicos de saúde .....	234
6.3.10.3	Manutenção e desenvolvimento do ensino .....	236
6.3.10.4	Realização de atividades da administração tributária .....	237
6.3.10.5	Prestação de garantias às operações de créditos por antecipação de receita.....	238
6.3.10.6	Prestação de garantia ou contragarantia à União por parte dos estados e municípios .....	238
6.3.10.7	Programa de apoio à inclusão e promoção pessoal.....	239
6.3.10.8	Fundo estadual de fomento à cultura.....	239
6.3.10.9	Desvinculação da Receita da União (DRU) – Da ECR nº 1/1994 à EC nº 68/2011 ...	239
6.3.10.10	Desvinculação da receita da União, estados e municípios – A EC nº 93/2016 e o avanço do processo de perda de identidade constitucional das espécies tributárias.....	240
6.3.10.11	A chamada PEC dos Fundos (PEC nº 187/2019) e o desvelamento das reais intenções que sempre estiveram por detrás da criação de diversas Cides.....	243
6.3.10.12	Exclusão das contribuições sociais de seguridade social da DRU (Desvinculação de Receitas da União) pela EC nº 103/2019 .....	245
6.4	Novas vedações orçamentárias instituídas pela Reforma da Previdência (EC nº 103/2019).....	246
6.5	A regra de ouro do art. 167, III da Constituição em tempos de déficit primário crônico (2015-2019) .....	246

## CAPÍTULO 7

CONTROLE EXTERNO E INTERNO DAS FINANÇAS PÚBLICAS.....	249	
7.1	Considerações gerais.....	249
7.2	Controle das finanças públicas – Perspectiva histórica.....	250
7.3	Controle das finanças públicas na Constituição de 1988.....	250

7.3.1	Controle externo .....	251
7.3.1.1	Controle parlamentar indireto ou colaborado .....	252
7.3.1.2	Controle pelo Tribunal de Contas .....	254
7.3.1.2.1	Emissão de parecer prévio sobre as contas anuais dos chefes do Executivo.....	255
7.3.1.2.2	Julgamento de contas dos administradores e demais responsáveis por bens, dinheiros e valores públicos (art. 71, II, CR/88).....	257
7.3.1.2.3	Registro de atos de admissão, aposentadoria, reforma e pensão .....	273
7.3.1.2.4	Inspecções e auditorias de natureza financeira, orçamentária, patrimonial e operacional .....	274
7.3.1.2.5	Outras atribuições.....	276
7.3.1.2.6	Controle interno.....	280

## PARTE II DIREITO TRIBUTÁRIO

### TÍTULO I NOÇÕES GERAIS

#### CAPÍTULO 1

DEFINIÇÃO DE TRIBUTO E PODER DE TRIBUTAR .....	293
1.1 Justificativa atual do poder de tributar .....	293
1.2 Apontamentos introdutórios à definição legal de tributo .....	295
1.3 Definição legal de tributo .....	299
1.4 Direito tributário e autonomia científica.....	299

#### CAPÍTULO 2

DIVISÃO DO TRIBUTO EM ESPÉCIES.....	303
2.1 Apontamentos para a divisão do tributo em espécies .....	303
2.2 A insuficiência do fato gerador como baliza única para a divisão do tributo em espécies.....	306
2.2.1 A legitimidade do poder de tributar na conjuntura do Estado Democrático de Direito e a importância da destinação constitucional .....	306
2.2.2 A importância assumida pela destinação constitucional do produto da arrecadação.....	307
2.3 Interdependência entre ingressos e gastos públicos – Noção básica para a definição das espécies tributárias.....	307
2.4 As funções constitucionais específicas dos tributos .....	310
2.4.1 Os distintos objetivos buscados pelo legislador com a imposição dos tributos.....	311
2.5 Redução do tributo a espécies .....	311
2.5.1 A identificação da espécie por meio da análise da norma tributária.....	317

#### CAPÍTULO 3

PERFIL GENÉRICO DOS TRIBUTOS EM ESPÉCIE .....	325
3.1 Impostos.....	325
3.1.1 Impostos diretos e indiretos.....	326
3.2 Taxas .....	327
3.2.1 Taxas de serviço e taxas de polícia .....	329
3.2.2 Principais aspectos do regime jurídico das taxas segundo a jurisprudência do STF .....	330
3.2.2.1 O imbróglio sobre a constitucionalidade ou não da taxa de prevenção e combate a incêndios na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.....	335
3.2.3 Taxa e preço público.....	337
3.2.4 Relevância quantitativa das taxas no âmbito das receitas tributárias atuais dos entes federativos brasileiros. As recentes taxas de controle, fiscalização e monitoramento de atividades mineradoras e petrolíferas .....	340
3.2.5 A EC nº 93/2016 e a desvinculação orçamentária de recursos relacionados à arrecadação das taxas.....	343
3.3 Contribuições de melhoria .....	344
3.4 Empréstimos compulsórios.....	345

3.5	Contribuições especiais.....	346
3.5.1	Contribuições sociais.....	346
3.5.1.1	Contribuições sociais stricto sensu.....	346
3.5.1.1.1	A reforma constitucional da previdência social de 2019 (EC nº 103/2019) e as alterações promovidas nos artigos da Constituição que tratam das contribuições previdenciárias.....	350
3.5.1.1.2	A chamada contribuição do Funrural e o erro cometido pelo STF no julgamento do RE nº 718.874.....	358
3.5.1.2	O problema das contribuições sociais lato sensu (contribuições sociais gerais).....	362
3.5.2	Contribuições interventivas.....	366
3.5.3	Contribuições corporativas.....	369
3.5.3.1	Contribuição sindical.....	370
3.5.4	Contribuição de iluminação pública.....	372

## TÍTULO II O DIREITO TRIBUTÁRIO NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

### CAPÍTULO 1

COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA.....	375
1.1 Características da competência tributária.....	375
1.2 Outorga e repartição das competências tributárias.....	376
1.3 Regras para o exercício das competências tributárias.....	378
1.4 Observância da lei complementar de normas gerais como condição prévia ao exercício da competência tributária.....	379

### CAPÍTULO 2

LIMITAÇÕES CONSTITUCIONAIS DO PODER DE TRIBUTAR.....	383
2.1 Limitações constitucionais do poder de tributar no direito brasileiro. Plano de estudo.....	383
2.2 Legalidade e tipicidade.....	384
2.2.1 Art. 150, §6º, da Constituição – Uma limitação ao poder de não tributar.....	388
2.2.2 A legalidade nos impostos regulatórios.....	389
2.2.3 Legalidade tributária e medidas provisórias.....	390
2.2.4 Legalidade e instituição de tributo por emenda constitucional.....	391
2.2.5 Legalidade e definição do prazo de vencimento da obrigação tributária.....	392
2.2.6 Legalidade tributária e a taxa para expedição da anotação de responsabilidade técnica (ART). Considerações do tribunal sobre gradações da legalidade tributária conforme as espécies tributárias.....	392
2.3 Irretroatividade.....	394
2.4 Anterioridade.....	395
2.4.1 Da anualidade ou exigência de autorização orçamentária anual (CF de 1946, Carta de 1967) para o regime da anterioridade da lei tributária (EC nº 1/69, Constituição de 1988).....	395
2.4.2 Anterioridade tributária como garantia individual e cláusula pétrea.....	396
2.4.3 Anterioridade e medidas provisórias.....	397
2.4.4 Os atuais regimes jurídicos quanto à anterioridade tributária.....	399
2.4.5 Anterioridade, irretroatividade e a sombria – e persistente – Súmula nº 584 do STF.....	400
2.4.6 Anterioridade tributária e o que se deve entender por data de publicação da lei – O caso da Lei nº 8.383/1991 e da MP nº 812/1994.....	405
2.4.7 Anterioridade e medidas de prorrogação da vigência de tributos temporários.....	405
2.4.8 Anterioridade e alteração da data do vencimento da obrigação tributária.....	407
2.5 Igualdade e capacidade econômica.....	408
2.5.1 Tratamento do tema da igualdade tributária na Constituição de 1988 e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.....	409
2.5.1.1 Alíquotas agravadas de contribuições sociais para as instituições financeiras.....	413
2.5.1.2 Tratamento tributário mais gravoso de sociedades de economia mista e empresas públicas em relação a empresas concorrentes do setor privado.....	414
2.5.1.3 Parcelamentos e vedação de inclusão de valores depositados em juízo.....	415



2.5.2	Tratamento do tema da capacidade econômica na Constituição de 1988.....	415
2.5.2.1	A tarefa de dar efetividade ao princípio da capacidade econômica e o acesso da fiscalização tributária a informações bancárias do contribuinte .....	417
2.5.3	Jurisprudência do STF sobre capacidade econômica e progressividade de alíquotas.....	420
2.5.3.1	IPTU e progressividade de alíquotas em razão do valor do imóvel: RE nº 153.771 (1996), Súmula STF nº 668 (2010) e RE nº 602.347 (2016) .....	420
2.5.3.2	IPTU e progressividade de alíquotas em razão do valor do imóvel após a EC nº 29/2000: RE nº 423.768 (2010) .....	423
2.5.3.3	Impostos reais e progressividade fiscal: a alteração jurisprudencial manifestada no RE nº 562.045 (2013) .....	424
2.5.3.4	Progressividade de alíquotas do imposto territorial rural .....	425
2.5.4	Capacidade econômica e taxas .....	426
2.5.5	Capacidade econômica e capacidade contributiva.....	427
2.5.6	Capacidade econômica e imposto sobre a renda das pessoas físicas (IRPF) na jurisprudência do STF (RE nº 388.312 e RE nº 614.406).....	427
2.6	Vedação de utilização de tributo com efeito de confisco .....	430
2.7	Vedação de tributos interestaduais e intermunicipais que limitem o tráfego de pessoas ou bens no território nacional .....	433
2.7.1	O pedágio e a jurisprudência do STF.....	434
2.8	Imunidades.....	435
2.8.1	Imunidade recíproca .....	436
2.8.1.1	Imunidade recíproca e impostos indiretos .....	439
2.8.1.2	Sentido de “patrimônio, renda e serviços” na jurisprudência do STF.....	439
2.8.1.3	Imunidade recíproca, empresas públicas e sociedades de economia mista .....	440
2.8.1.4	Alteração da jurisprudência do STF sobre o âmbito da imunidade recíproca e a sujeição passiva no IPTU – REs nº 434.251, 601.720 e 594.015.....	443
2.8.1.5	Imunidade recíproca e responsabilidade tributária .....	444
2.8.1.6	Imunidade recíproca e serviços de cartórios .....	445
2.8.2	Imunidade dos templos de qualquer culto.....	445
2.8.2.1	Cemitérios e imunidade dos templos .....	447
2.8.2.2	Imunidade dos templos e maçonaria.....	448
2.8.3	Imunidade (patrimônio, renda ou serviços) dos partidos políticos (incluindo suas fundações), entidades sindicais dos trabalhadores, instituições de educação e assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei.....	449
2.8.3.1	Imunidade das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos – Os “requisitos da lei” (art. 150, VI, “c” da Constituição) e o alcance da reserva de lei complementar.....	450
2.8.3.2	Imunidade, quanto ao ICMS, da venda de mercadorias pelas instituições mencionadas no art. 150, VI, “c”, da Constituição. A questão da repercussão do ônus tributário.....	453
2.8.3.3	Imóveis das instituições do art. 150, VI, “c”, da Constituição alugados a terceiros. Súmula nº 724 do STF .....	454
2.8.3.4	Imunidade de entidades fechadas de previdência privada. Súmula nº 730 do STF .....	454
2.8.4	Imunidade dos livros, jornais, periódicos e do papel destinado a sua impressão..	456
2.8.4.1	Súmula nº 657 – Os insumos das editoras e empresas jornalísticas e a imunidade dos livros, jornais e periódicos .....	458
2.8.5	Imunidade dos fonogramas e videofonogramas musicais brasileiros .....	460
2.8.6	Imunidade do art. 195, §7º, da Constituição .....	461
2.8.7	Outras imunidades.....	463
2.9	A norma do art. 150, §5º, da Constituição e a exigência de medidas de esclarecimento dos contribuintes sobre a imposição indireta.....	466
2.10	A norma do art. 150, §7º, da Constituição e a substituição tributária progressiva .	468
2.10.1	O controverso problema da “imediate e preferencial restituição da quantia paga” no mecanismo da substituição tributária progressiva.....	469
2.11	Vedações à União previstas no art. 151 da Constituição.....	472
2.11.1	Proibição das isenções heterônomas e o caso dos tratados internacionais .....	473
2.12	Vedação aos entes estaduais e locais de discriminação tributária em razão da procedência ou destino de bens e serviços de qualquer natureza .....	475

2.13	Sanções políticas na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.....	477
2.13.1	Súmulas nºs 70 e 323: interdição de estabelecimento e apreensão de mercadorias como meios indiretos de cobrança de tributos.....	478
2.13.2	Súmula nº 547: restrições quanto a atos da vida empresarial/profissional usadas como meio indireto de cobrança de tributos .....	479
2.13.3	Sanções políticas e submissão de contribuintes do ICMS a regimes especiais de cobrança e fiscalização .....	481
2.13.4	Sanções políticas e cancelamento do registro especial de fabricantes de cigarro por inadimplência tributária.....	483
2.13.5	Protesto de certidões de dívidas tributárias e sanção política .....	488
2.13.6	Exclusão por inadimplência do regime do Simples Nacional e sanção política .....	489
2.13.7	Licenciamento anual de veículos automotores, exigência de regularidade fiscal e sanção política .....	490
2.13.8	Legislação desportiva, regularidade fiscal como “critério técnico” de participação em competições e sanção política .....	491
2.13.9	Conclusão.....	492

### TÍTULO III NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO NO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL

#### CAPÍTULO 1

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA.....	497
1.1 Fontes formais do direito tributário.....	497
1.2 Regulamentação da reserva de lei em matéria tributária – Art. 97 do CTN .....	499
1.3 O art. 98 do CTN e os tratados internacionais para evitar a dupla tributação da renda e do capital.....	501
1.3.1 Noções introdutórias sobre o direito dos tratados .....	501
1.3.2 Os tratados internacionais e sua relação com o direito interno – Jurisprudência tradicional do STF e sua recente alteração .....	503
1.3.3 A EC nº 45/2004 e a alteração da jurisprudência do STF no que diz respeito ao status hierárquico dos tratados internacionais.....	506
1.3.4 O art. 98 do Código Tributário Nacional e a jurisprudência do STF .....	508
1.4 Normas complementares e proteção da confiança do contribuinte.....	510
1.5 Vigência e aplicação da legislação tributária .....	511
1.5.1 Aplicação imediata da legislação a fatos geradores futuros e pendentes – A regra do art. 105 do CTN e suas possíveis compreensões .....	512
1.5.2 Aplicação retroativa da lei sancionadora mais benigna (art. 106, II, do CTN).....	513
1.5.3 Aplicação retroativa de lei expressamente interpretativa (art. 106, I, do CTN) e o caso da LC nº 118/2005.....	514
1.6 Interpretação e integração do direito e da legislação tributária .....	519
1.6.1 Em que consiste o ato de interpretar e aplicar o direito?.....	519
1.6.2 O direito tributário deve ser interpretado como qualquer outro ramo do direito? .....	523
1.6.3 Análise das normas do CTN sobre interpretação e integração do direito tributário – Arts. 108 a 112.....	524
1.6.3.1 Art. 108 .....	524
1.6.3.2 Art. 109 .....	527
1.6.3.3 Art. 110 .....	529
1.6.3.3.1 O conceito constitucional de “serviço de qualquer natureza”, o art. 110 do CTN e a jurisprudência do STF .....	531
1.6.3.4 Art. 111 .....	534
1.6.3.5 Art. 112 .....	536

#### CAPÍTULO 2

A RELAÇÃO JURÍDICO-TRIBUTÁRIA.....	537
2.1 Obrigação tributária .....	537
2.2 Fato gerador da obrigação tributária.....	538
2.2.1 Modalidades de fato gerador.....	538

2.2.2	Dissimulação da ocorrência do fato gerador – A norma do art. 116, parágrafo único, do CTN e o combate aos planejamentos tributários abusivos no direito brasileiro.....	539
2.2.2.1	Os conceitos de elisão, evasão e elusão tributária.....	539
2.2.2.2	Elusão tributária, normas gerais, fraude à lei e abuso do direito.....	541
2.2.2.3	Breve síntese sobre a evolução histórica do combate à elusão tributária no Brasil – Do Anteprojeto de Código Tributário Nacional à LC nº 104/2001.....	542
2.2.2.4	O conceito amplo e causalista de simulação como a efetiva norma geral antielusão em vigor no ordenamento brasileiro.....	547
2.2.2.5	Conclusão.....	549
2.2.3	Fato gerador da obrigação tributária e atos ilícitos.....	549
2.3	Sujeição ativa.....	550
2.4	Sujeição passiva – Contribuinte e responsável.....	551
2.4.1	Sujeição passiva direta.....	552
2.4.1.1	Contribuinte.....	553
2.4.1.2	Responsável por substituição.....	553
2.4.2	Sujeição passiva indireta.....	555
2.4.2.1	Responsabilidade dos sucessores.....	556
2.4.2.2	Responsabilidade de terceiros.....	560
2.4.2.3	O art. 135 do Código Tributário Nacional e sua interpretação/aplicação pelo Superior Tribunal de Justiça.....	561
2.4.3	Convenções particulares e sujeição passiva.....	566
2.4.4	Capacidade tributária.....	566
2.4.5	Domicílio tributário do sujeito passivo.....	567
2.5	Solidariedade.....	567
2.6	Responsabilidade por infração.....	570
2.6.1	Exclusão da responsabilidade – Denúncia espontânea e seus efeitos.....	571

### CAPÍTULO 3

	CRÉDITO TRIBUTÁRIO.....	575
3.1	Constituição do crédito tributário – A figura do lançamento.....	576
3.1.1	Antecipação do pagamento e lançamento por homologação.....	578
3.1.2	Formalização do crédito tributário pelo próprio contribuinte.....	579
3.1.3	Outros aspectos do lançamento.....	580
3.1.4	Revisão/alteração do lançamento.....	581
3.1.4.1	Alteração do critério jurídico do lançamento.....	582
3.2	Suspensão da exigibilidade do crédito tributário.....	584
3.2.1	Moratória.....	585
3.2.2	Depósito do montante integral.....	586
3.2.3	Reclamações e recursos administrativos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo.....	587
3.2.4	Concessão de medida liminar ou tutela antecipada em ações judiciais.....	588
3.2.5	Parcelamento.....	589
3.3	Extinção do crédito tributário.....	590
3.3.1	Pagamento.....	591
3.3.1.1	Consignação em pagamento.....	594
3.3.1.2	Pagamento indevido e a sua restituição.....	595
3.3.1.2.1	Restituição de tributos indiretos.....	597
3.3.1.2.2	Prazo para pleitear a devolução do indébito.....	598
3.3.2	Compensação.....	600
3.3.3	Transação.....	603
3.3.4	Remissão.....	604
3.3.5	Decadência e prescrição.....	605
3.3.6	Outras hipóteses de extinção do crédito tributário.....	610
3.4	Exclusão do crédito tributário.....	610
3.4.1	Isenção.....	610
3.4.2	Anistia.....	617

3.5	Garantias do crédito tributário .....	618	
3.5.1	Preeminências .....	619	
3.5.2	Criação de garantias específicas .....	621	
CAPÍTULO 4			
ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA.....			623
4.1	Fiscalização .....	623	
4.2	Dívida ativa .....	634	
4.3	Certidões negativas .....	641	
4.4	<i>Compliance</i> tributário .....	646	
4.5	Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) .....	648	
REFERÊNCIAS .....			651